

Consulta Pública N° 95 de 13/07/2020

Plano Nacional de Energia 2050 – PNE 2050

A Companhia de Gás de São Paulo (Comgás) parabeniza o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de pesquisa Energética (EPE) pela iniciativa de fomentar as discussões sobre o planejamento de longo prazo do setor de energia a partir da consulta pública sobre o PNE 2050. As contribuições da Comgás em relação a este documento estão direcionadas para o mercado de gás natural e incluem os seguintes tópicos: Previsão da oferta e demanda de gás natural; Malhas de transporte; Estocagem de gás natural; Processamento e Escoamento; Mercado Termelétrico e Regulação das distribuidoras.

1. OFERTA E DEMANDA DE GÁS NATURAL

O PNE 2050 apresentou a previsão de longo prazo para o potencial de oferta de gás natural no Brasil, considerando o gás produzido nacionalmente e as importações. Estima-se que, em 2050, este valor esteja compreendido entre 340 a 450 milhões de m³/dia; sendo 220 milhões de m³/dia provenientes de fontes convencionais (como o pré-sal e o gás não associado do pós-sal) e 120 a 230 milhões de m³/dia provenientes de fontes não convencionais e importações.

Neste contexto, para que esta estimativa de aumento significativo da oferta seja alcançada, é imprescindível que as discussões englobem alternativas para garantir que o gás do pré-sal seja, de fato, escoado para a costa. Mesmo sendo o gás do pré-sal associado à produção de petróleo e a quantidade de gás reinjetado dependa de questões operacionais que precisam ser respeitadas, políticas públicas podem influenciar na decisão de importar, ou escoar para a costa ou para o interior do país os volumes não reinjetados. Os pontos-chave seriam garantir e/ou incentivar a demanda para este gás no Brasil e a construção de infraestrutura necessária para o escoamento. Por exemplo, ancorar parte destes volumes em termoelétricas garantiria a demanda pelo produto e incentivaria o escoamento. Desta maneira, a previsão de oferta e demanda de gás natural estariam mais diretamente vinculadas. De maneira mais abrangente, o planejamento de entrada de novos campos deveria estar vinculado a leilões para a venda da energia e a planos de expansão da rede de transporte.

Em relação às fontes não convencionais, seria importante a realização de estudos direcionados para dar suporte técnico para as necessárias revisões nas legislações atuais, que não permitem a exploração de gás de folhelho.

As fontes não convencionais podem ter um papel significativo na interiorização do gás, devido à sua localização.

Por fim, o aumento da oferta de gás natural, principalmente se proveniente de diversas fontes, garantirá a competitividade benéfica e necessária para a planejada redução dos preços do gás.

2. MALHAS DE TRANSPORTE

2.1. REDUÇÃO DAS TARIFAS

O PNE 2050 prevê uma redução da tarifa de transporte devido à otimização de uso da infraestrutura existente, à amortização ao longo do tempo e aos maiores volumes negociados. Conseqüentemente, o preço final do gás reduzirá e tenderá ao preço da molécula. Esta já é a realidade do mercado de gás natural nos Estados Unidos e é a tendência em países da Europa (página 32).

O principal ponto que gostaríamos de ressaltar é a respeito da expansão da malha de transporte. Uma vez que, no Brasil, uma grande ampliação da infraestrutura de transporte é ainda necessária e será feita ao longo das próximas décadas, o efeito da amortização do custo deste investimento não será representativo. Portanto, acreditamos que as reduções nas tarifas de transporte serão resultado do aumento de eficiência e de volume negociado.

2.2. EXPANSÃO DOS GASODUTOS PARA O INTERIOR

A fim de viabilizar a interiorização dos gasodutos, recomenda-se que sejam desenvolvidos estudos para identificar os locais com potencial demanda de gás natural no interior e os traçados dos gasodutos

necessários até estes locais; bem como os custos deste investimento e as futuras tarifas.

Novamente, as termelétricas têm um papel importante neste contexto. Neste sentido, seria importante realizar aperfeiçoamentos na metodologia dos leilões de energia, sendo o principal deles a consideração dos custos de transmissão no valor final da energia. Isto daria o sinal correto de preços aos mercados, incentivando a construção de usinas próximas aos mercados consumidores, o que poderia incentivar também a expansão da malha de gasodutos. Por isto, recomenda-se discussões sobre possíveis ajustes nos formatos dos leilões de energia (adição de um fator locacional, por exemplo) e sobre como a expansão do setor elétrico pode considerar mais diretamente a expansão do setor de gás natural.

3. ESTOCAGEM DE GÁS NATURAL

No PNE 2050, a relevância da estocagem de gás natural para a segurança de abastecimento e expansão do mercado de gás é citada algumas vezes (por exemplo, páginas 178 e 199).

Neste contexto, ressaltamos a importância de estudos mais específicos, que identifiquem locais adequados para esta estocagem, características técnicas, benefícios e estimativas de custo.

4. PROCESSAMENTO E ESCOAMENTO

O acesso às infraestruturas de escoamento e processamento está acontecendo com a negociação direta entre os agentes produtores e a Petrobrás. Esse acesso deve conectar os produtores nacionais com o

mercado consumidor e é importante que as tarifas aplicadas sejam competitivas para viabilizar essa negociação.

5. TERMELÉTRICAS

Como apresentado anteriormente, no contexto do mercado de gás natural, as termelétricas são indispensáveis, tanto para ancorar parte da oferta disponível, quanto para incentivar a interiorização dos gasodutos.

Um terceiro ponto, é a importância de existência de térmicas na base. Isto seria crucial para aumentar a sua competitividade e incentivar a expansão da malha de transporte o que, além de contribuir para a segurança energética do país, seria também um importante motor para o desenvolvimento econômico local.

6. REGULAÇÃO DAS DISTRIBUIDORAS

O PNE 2050 ressalta a importância da harmonização das regulações estaduais referentes ao gás natural e sugere mecanismos de adesão voluntária dos estados a modelos de *benchmark* internacional, com o objetivo de, inclusive acelerar o processo de abertura do mercado (página 180).

O primeiro ponto a ser considerado neste tópico é endossar a importância da existência de um arcabouço de regulação robusto sobre o setor de distribuição de gás, com incentivos à expansão da malha e metodologia de cálculo de tarifas transparente, que busque o equilíbrio entre a modicidade tarifária e o incentivo aos investimentos. Isto deve ser feito sempre respeitando a realidade e o grau de maturidade de cada estado.

Por fim, ressaltamos a importância da manutenção e do respeito à constituição e às competências dos diferentes elos da cadeia do gás natural.